

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023
CRITÉRIO: MENOR PREÇO – MODO DE DISPUTA: ABERTO
COMPRASNET – UASG 399009
PROCESSO SEI 50903.001936/2022-76

A **COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA – CODEBA**, autoridade portuária constituída sob a forma de empresa pública, com sede na Avenida da França, nº 1551, Comércio, Salvador – BA, e o pregoeiro designado pela Portaria/DPR nº 156/2022, tornam público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 017/2023**, que tem por **OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SEGURO PATRIMONIAL, CONTRA EVENTOS QUE POSSAM GERAR PREJUÍZOS E DESPESAS DECORRENTES DOS RISCOS COBERTOS, ATÉ O VALOR DAS IMPORTÂNCIAS SEGURADAS, AS QUAIS CONSTITUEM A BASE DE CÁLCULO DOS LIMITES MÁXIMOS DAS INDENIZAÇÕES** nos Portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus pelo regime de execução de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL da Cobertura a primeiro risco absoluto** e critério de julgamento **MENOR PREÇO**, conforme disposições do Anexo 01 (Termo de Referência), realizado em sessão pública por meio da INTERNET, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos pelo endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, observadas as condições e exigências estabelecidas no presente EDITAL e em seus anexos.

O procedimento licitatório obedecerá às seguintes disposições normativas:

- a) Lei nº 13.303/2016 – Estatuto da Empresa Estatal;
- b) Lei Complementar nº 123/2006 – Estatuto da Micro e Pequena Empresa (ME-EPP)
- c) Lei nº 10.520/2002 – Pregão Eletrônico;
- d) Lei nº 12.846/2013 - Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;
- e) Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA, disponível no endereço eletrônico www.codeba.gov.br;
- f) Decreto nº 8.945/2016: Regulamentação da Lei das Estatais;
- g) Decreto nº 8.538/2015- Regulamentação da LC 123/06 (ME-EPP)
- h) Decreto nº 10.024/2019 - Regulamento da licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
- i) Demais normas pertinentes ao objeto a licitar.

INFORMAÇÕES RELEVANTES

Critério de Julgamento: **Menor Preço;**

Modo de disputa: **Aberto;**

Prazo de Execução: **12 (doze) meses, a partir, da data de assinatura do contrato, quando deverão ser iniciados os serviços, podendo ser prorrogado até o limite de 05 (cinco) anos como previsto no art.71 da Lei Federal 13.303/16.**

Prazo de Vigência do contrato: **12 (doze) meses, a partir, da data de assinatura do contrato, quando deverão ser iniciados os serviços, podendo ser prorrogado até o limite de 05 (cinco) anos como previsto no art.71 da Lei Federal 13.303/16.**

Valor estimado: **R\$ 560.850,57 (quinhentos e sessenta mil e oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos)**

Regime de Contratação: **Empreitada por preço global**

IMPORTANTE:

- **Disponibilização do edital: 09/03/2023, às 08h**
- **Recebimento das propostas até: 30/03/2023, às 09h30,** respeitando o interregno mínimo de **15 (quinze)** dias úteis entre a última publicação do aviso de licitação e a realização da sessão pública.
- **Abertura das propostas: 30/03/2023, às 09h30.**
- **Início da Disputa de Preços: 30/03/2023, às 09h30.**
- **Local: www.comprasnet.gov.br**
- **Formalização de Consultas:** até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, informando o nº da licitação, pelo e-mail pregao@codeba.gov.br.
- **Referência de Tempo:** para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF)
- **Impugnação/Remessa de Documentos:** e-mail pregao@codeba.gov.br

Sumário

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	4
2. OBJETO DO PREGÃO.....	6
3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	9
4. PREÇO ESTIMADO	9
5. REGIME DE EXECUÇÃO.....	9
6. DA SUBCONTRATAÇÃO	9
7. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL, FORMALIZAÇÃO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	9
8. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS.....	11
9. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.....	11
10. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME	13
11. REGRAS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DE LANCES.....	15
12. NEGOCIAÇÃO	19
13. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.....	20
14. HABILITAÇÃO	23
12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO.....	28
13. RECURSOS	29
14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	30
15. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	30
16. PENALIDADES.....	31
17. CONTRATAÇÃO	33
18. PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.....	33
19. DO PAGAMENTO	33
20. DO REAJUSTE.....	33
21. DA GARANTIA CONTRATUAL	34
22. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	35
23. FORO	37

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1.O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, **no modo de disputa aberto**, mediante a apresentação de lances públicos, sucessivos e decrescentes, por meio da INTERNET, sob condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2.Os trabalhos serão conduzidos por empregado da **CODEBA**, denominado **PREGOEIRO**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “comprasnet”, desenvolvido pelo Governo federal, constante da página eletrônica da **CODEBA**, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br.

1.3.O prazo Limite de Acolhimento de Proposta e Abertura das Proposta será até às **09h30 do dia 30/03/2023**.

1.4.A sessão de disputa de preços (lances) terá início no **dia 30/03/2023 às 09h30**.

1.5.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será, automaticamente, transferida para o primeiro dia útil subsequente, mantido o horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em sentido contrário pelo Pregoeiro.

1.6. A etapa de envio de lances na sessão pública durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública, conforme art. 32 do Decreto 10.024/2019. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

1.7.Os procedimentos de que trata a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações estão detalhados no presente edital.

1.8.No julgamento das propostas e da habilitação, o PREGOEIRO poderá sanar erros ou falhas **que não alterem a substância das propostas**, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

1.9.O saneamento **não poderá ser utilizado para inserir documento** ou outro elemento exigido no edital e que tenha que ser apresentado com a proposta.

1.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da

CODEBA, os princípios e diretrizes para licitação, a finalidade e a segurança da contratação.

1.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **CODEBA** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente, da condução ou do resultado do processo licitatório.

1.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo os prazos em dias de expediente administrativo na Sede da CODEBA.

1.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

1.14. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

1.15. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão o disposto no Regulamento de Licitações e Contratos da **CODEBA**, na Lei nº 13.303/2016, no Edital, no contrato e Termo de Referência e no Decreto nº 10.024/2019, observada essa ordem.

1.16. Toda e qualquer informação posterior a esta publicação, tais como respostas a esclarecimentos, prorrogações e revogações serão disponibilizadas no site www.comprasnet.gov.br do Governo Federal, na lista de documentos do processo, e no site da CODEBA, sendo de responsabilidade dos licitantes acessar para obtê-las.

1.17. Toda comunicação entre os licitantes e o Pregoeiro extra sistema deverá ser realizada por meio eletrônico e os documentos encaminhados deverão estar digitalmente assinados.

1.18. A participação no certame implica aceitação, plena, irrevogável e sem ressalvas das normas constante neste edital e seus anexos.

1.19. Todas as referências de tempo no edital, no Aviso e durante a sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO 01 – TERMO DE REREFÊNCIA, com apensos;

ANEXO 02 – PROPOSTA ECONÔMICA;

ANEXO 03 – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA;

ANEXO 04 – MINUTA DO CONTRATO

2. OBJETO DO PREGÃO

2.1. Constitui objeto deste certame a Contratação de empresa especializada na prestação de seguro patrimonial, contra eventos que possam gerar prejuízos e despesas decorrentes dos riscos cobertos, até o valor das importâncias seguradas, as quais constituem a base de cálculo dos limites máximos das indenizações.

2.2. Cobertura de incêndio, raio e explosões:

Local de Risco	Endereço		Áreas dos Bens e valor
Salvador	Av. da França, Comércio Porto de Salvador	Prédios Administrativos/Conteúdo Prédios Operacionais/Conteúdo Armazéns Portuários/Prédios	Áreas descritas na planilha Anexa R\$ 44.478.666,17
Candeias	Via Matoim – Candeias Porto de Aratu	Prédios Administrativos/Conteúdo Prédios Operacionais/Conteúdo Armazéns Portuários/Prédios	Áreas descritas na planilha Anexa R\$ 8.818.124,44
Ilhéus	Rua do Rotary, Centro Cidade de Ilhéus – Porto de Ilhéus	Prédios Administrativos/Conteúdo Prédios Operacionais/Conteúdo Armazéns Portuários/Prédios	Áreas descritas na planilha Anexa R\$ 22.993.822,80
		Valor Total dos Prédios 03 Portos Valor do Conteúdo dos 03 Portos Valor Total a ser Segurado	R\$ 76.290.613,40

Observações: Estão incluídos na cobertura do item 2.2:

- a) Danos materiais decorrentes dos riscos cobertos causados exclusivamente ao estabelecimento segurado;
- b) Danos materiais decorrentes da impossibilidade de remoção ou proteção dos salvados, por motivo de força maior;

c) Danos decorrentes de deterioração de bens guardados em ambientes especiais, em virtude de respectivo aparelhamento, desde que resultantes exclusivamente dos riscos cobertos corridos na área do terreno ou edificação do CONTRATANTE onde estiver localizado os bens descritos em apólice;

d) Os prédios são compostos pelas edificações dentro do terreno, compreendendo instalações elétricas e hidráulicas, assim como tudo aquilo que componha suas construções, instalações de combate a incêndio, tubulações, benfeitorias indispensáveis ao funcionamento que integram sua estrutura de construção, bem como seu conteúdo, maquinismo, moveis, utensílios, equipamentos, instalações, antenas e torres de comunicação instalada dentro do terreno.

Coberturas adicionais de acordo com os locais de Risco constante no item 2.2.1

2.2.1 – Local de Risco – Porto de Salvador:

Coberturas	Importância Segurada	Franquias
PRÉDIO-INCENDIO, QUESA RAIO E EXPLOSÃO DE GÁS	37.065.555,14	SEM FRANQUIA
CONTEUDO-INCÊNDIO, QUESA RAIO E EXPLOSÃO DE GÁS	7.413.111,03	SEM FRANQUIA
DANOS ELÉTRICOS	684.050,00	ATÉ 10% DAS INDENIZAÇÕES
TUMULTOS, GREVES, LOCK OUT E ATOS DOLOSOS	342.025,00	ATÉ 15% DAS INDENIZAÇÕES
RESPONSABILIDADE CIVIL	1.368.100,00	ATÉ 10% DAS INDENIZAÇÕES
QUEBRA DE VIDROS	136.810,00	ATÉ 20% DAS INDENIZAÇÕES
DESMORONAMENTO	684.050,00	ATÉ 20% DAS INDENIZAÇÕES
IMPACTO DE VEÍCULOS TERRESTRES E QUESA DE AERONAVES	1.368.100,00	ATÉ 20% DAS INDENIZAÇÕES
VENDAVAL SEM IMPACTO DE VEÍCULOS	1.368.100,00	ATÉ 10% DAS INDENIZAÇÕES
VAZAMENTO DE TANQUES E TUBULAÇÕES	684.050,00	ATÉ 10% DAS INDENIZAÇÕES
ALAGAMENTO	100.000,00	ATÉ 15% DAS INDENIZAÇÕES
PORTO DE SALVADOR		

2.2.2 – Local de Risco – Porto de Aratu - Candeias:

Coberturas	Importância Segurada	Franquias
PRÉDIO-INCENDIO, QUESA RAIO E EXPLOSÃO DE GÁS	7.348.437,03	SEM FRANQUIA
CONTEUDO-INCÊNDIO, QUESA RAIO E EXPLOSÃO DE GÁS	1.469.687,41	SEM FRANQUIA
DANOS ELÉTRICOS	684.050,00	ATÉ 10% DAS INDENIZAÇÕES
TUMULTOS, GREVES, LOCK OUT	1.368.100,00	ATÉ 15% DAS INDENIZAÇÕES

E ATOS DOLOSOS		
RESPONSABILIDADE CIVIL	1.368.100,00	ATÉ 10% DAS INDENIZAÇÕES
QUEBRA DE VIDROS	136.810,00	ATÉ 20% DAS INDENIZAÇÕES
DESMORONAMENTO	684.050,00	ATÉ 20% DAS INDENIZAÇÕES
IMPACTO DE VEÍCULOS TERRESTRES E QUEDA DE AERONAVES	1.368.100,00	ATÉ 20% DAS INDENIZAÇÕES
VENDAVAL SEM IMPACTO DE VEÍCULOS	1.368.100,00	ATÉ 10% DAS INDENIZAÇÕES
VAZAMENTO DE TANQUES E TUBULAÇÕES	684.050,00	ATÉ 10% DAS INDENIZAÇÕES
ALAGAMENTO	100.000,00	ATÉ 15% DAS INDENIZAÇÕES
PORTO DE ARATU		

2.2.3. - Local de Risco – Porto de Ilhéus:

Coberturas	Importância Segurada	FRANQUIAS
PRÉDIO-INCENDIO, QUEDA RAO E EXPLOÇÃO DE GÁS	19.161.519,00	SEM FRANQUIA
CONTEUDO-INCÊNDIO, QUEDA RAO E EXPLOÇÃO DE GÁS	3.832.303,80	SEM FRANQUIA
DANOS ELÉTRICOS	684.050,00	ATÉ 10% DAS INDENIZAÇÕES
TUMULTOS, GREVES, LOCK OUT E ATOS DOLOSOS	342.025,00	ATÉ 15% DAS INDENIZAÇÕES
RESPONSABILIDADE CIVIL	1.368.100,00	ATÉ 10% DAS INDENIZAÇÕES
QUEBRA DE VIDROS	136.810,00	ATÉ 20% DAS INDENIZAÇÕES
DESMORONAMENTO	684.050,00	ATÉ 20% DAS INDENIZAÇÕES
IMPACTO DE VEÍCULOS TERRESTRES E QUEDA DE AERONAVES	1.368.100,00	ATÉ 20% DAS INDENIZAÇÕES
VENDAVAL SEM IMPACTO DE VEÍCULOS	1.368.100,00	ATÉ 10% DAS INDENIZAÇÕES
VAZAMENTO DE TANQUES E TUBULAÇÕES	684.050,00	ATÉ 10% DAS INDENIZAÇÕES
ALAGAMENTO	100.000,00	ATÉ 15% DAS INDENIZAÇÕES
PORTO DE ILHÉUS	29.729.107,80	

VALOR TOTAL DOS PRÉDIOS DOS 03 PORTOS	63.575.511,17
VALOR TOTAL DO CONTEÚDO DOS TRÊS PORTOS	12.715.102,23

VALOR TOTAL PRÉDIOS + CONTEÚDO 03 PORTOS	76.290.613,40
--	---------------

3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A despesa para atender a esta licitação está programada em dotação orçamentária própria, tombada sob o nº 227/2022, rubrica Serviços de Terceiros Contínuos, cód. 2.205.000.000 do PDG da CODEBA prevista para o exercício de 2023.

4. PREÇO ESTIMADO

4.1. O custo GLOBAL estimado para a execução dos serviços objeto deste certame é de **R\$ 560.850,57 (quinhentos e sessenta mil e oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos).**

4.2. O custo estimado acima inclui todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto do Termo de Referência, inclusive os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas no Acordo decorrente deste Edital.

5. REGIME DE EXECUÇÃO

5.1. O regime de execução dos serviços contratados será o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Os serviços licitados deverão ser prestados diretamente pela CONTRATADA, sendo vedada a cessão, transferência ou subcontratação, parcial ou total, exceto para a cessão de cosseguro.

7. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL, FORMALIZAÇÃO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Disponibilização do Edital

7.1. O Edital e seus anexos poderão ser acessados no site da **CODEBA** (www.codeba.gov.br), através do campo “**Licitações**” > “**LICITAÇÕES 2023 – PREGÃO ELETRÔNICO**”, ressalvados aqueles arquivos que não tenham condições de ser ali inseridos por questões técnicas, devendo ser retirados na Sede da CODEBA ou no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br

7.2. Em situações excepcionais em que a licitante encontre dificuldade de acesso ao portal da **CODEBA**, esta poderá retirar os elementos nas instalações da **COPEL** após o recolhimento da importância correspondente aos custos com a reprodução do Edital e seus

anexos, a ser efetuado na Tesouraria desta Companhia, situada à Avenida da França, nº 1551, Comércio, Salvador – Bahia, 2.º andar do prédio da Estação Marítima Visconde de Cayru, no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30min às 16h30.

Formalização de esclarecimentos

7.3. Observado o prazo legal, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos por meio do e-mail pregao@codeba.gov.br **em até 3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública por meio eletrônico, obedecendo o horário administrativo da CODEBA (8h às 17h), informando o número do pregão.

7.4. Os esclarecimentos serão respondidos pelo Pregoeiro no campo “DOCUMENTOS”, no link correspondente a este Edital, na página de licitações eletrônicas da CODEBA e no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br no prazo de até **dois dias úteis contados do recebimento do pedido**.

7.5. Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, razão social e nome do representante legal, se pessoa jurídica e nome completo e CPF, se pessoa física).

7.6. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

7.8. Se em razão da resposta a algum pedido de esclarecimento, a CODEBA alterar ou adequar os elementos constantes no Edital e em seus Anexos, comunicará a sua decisão, por meio eletrônico, nos sítios www.comprasnet.gov.br e www.codeba.gov.br, divulgando a modificação pelo mesmo instrumento de publicação do texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Impugnação

7.9. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

7.10. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão inseridas nos autos do processo licitatório e ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

7.11. Decairá do direito de impugnar dos termos deste Edital, por irregularidade na aplicação a Lei, qualquer cidadão que não a fizer no prazo de, **até 5 (cinco) dias úteis**

anteriores à data fixada para abertura da Sessão do Pregão, devendo apontar as falhas e irregularidades que o viciaram.

7.12. A impugnação será aceita na forma eletrônica, pelo **e-mail pregao@codeba.gov.br ou em via impressa** devidamente protocolada na Sede da CODEBA, situada à Avenida da França, n.º 1551, Comércio, Salvador – Bahia, térreo do prédio da Estação Marítima Visconde de Cayru, **obedecendo o horário administrativo da CODEBA (8h às 17h).**

7.13. A apresentação de impugnação, após o prazo estipulado no subitem 7.11 será considerada intempestiva.

7.14. A impugnação não possui efeito suspensivo e será apreciada e respondida pela CODEBA em **até 3 (três) dias úteis, antes da data de abertura da Sessão do Pregão.**

a) A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação; E

b) Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

7.15. As respostas às impugnações prestadas pelo Pregoeiro serão inseridas na página de licitações eletrônicas da CODEBA, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br e nos autos do processo licitatório e ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

8. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS.

8.1. A licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da sessão, atentando, também, para a data e horário para o início da disputa de preços, conforme disposto na página 2 - preâmbulo deste Edital.

9. CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

9.1. Poderão participar deste Pregão interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que atendam às condições de habilitação exigida.

9.2. Em atenção ao disposto no art. 38 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 24 do regulamento da CODEBA, não poderão participar de licitações, tampouco de ser contratados, os interessados que:

a) pessoa física ou jurídica tenha elaborado o termo de referência,

anteprojeto ou o projeto básico da licitação;

b) pessoa jurídica que tenha participado de consórcio responsável pela elaboração do termo de referência, anteprojeto ou projeto básico da licitação;

c) pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante;

d) cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CODEBA;

e) suspenso de contratar ou de participar de licitação pela CODEBA;

f) declarado inidôneo pela União enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

g) constituído por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

h) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

i) constituído por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

j) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

k) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

l) empregado ou dirigente da CODEBA como pessoa física;

m) quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

I. dirigente da CODEBA;

II. empregado CODEBA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

III. autoridade da União.

- n)** cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CODEBA há menos de 6 (seis) meses;
- o)** que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;
- p)** estrangeiro não autorizado a funcionar no País e/ou que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- q)** cooperativas de mão-de-obra;
- r)** que possuam em seu Contrato Social finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste certame;
- s)** sob a forma de entidades empresariais reunidas em consórcio;
- t)** que empreguem menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregue menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- u)** que tenham fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

10. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

10.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a)** coordenar o processo licitatório;
- b)** receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital;
- c)** conduzir a sessão pública na Internet;
- d)** verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e)** dirigir a etapa de lances;
- f)** desclassificar propostas indicando os motivos;

- g)** verificar e julgar as condições de habilitação;
- h)** receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- i)** indicar o vencedor do certame;
- j)** adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- k)** conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- l)** encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

Do credenciamento eletrônico

10.2. A CODEBA utiliza o sistema eletrônico Comprasnet 4.0, e para acesso ao referido sistema os interessados em participar do Pregão deverão acessar www.comprasnet.gov.br e efetuar devidamente o seu cadastro de fornecedor.

10.3. Os interessados em se credenciar no aplicativo Comprasnet 4.0 poderão obter maiores informações pelo telefone: 0800 978 9001 ou pelo portal de atendimento: <http://portaldeservicos.economia.gov.br>.

10.4. Não compete à CODEBA realizar credenciamento dos licitantes, o qual será feito exclusivamente pelo Comprasnet 4.0 / www.comprasnet.com.br.

10.5. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observadas a data e horário limite estabelecidos na página 1 - preâmbulo deste Edital, proposta essa que vinculará a proponente.

10.6. A PROPONENTE será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, declarando e assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo a Cia. das Docas do Estado da Bahia responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitará a PROPONENTE às sanções previstas neste edital.

10.8. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

10.9. Durante a Sessão Pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá, exclusivamente, mediante troca de mensagens, em campo próprio do Sistema Eletrônico.

11. REGRAS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DE LANCES

Da Apresentação da Proposta

11.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, **concomitantemente**, com os documentos de habilitação exigidos no edital, **Proposta Econômica, por meio da carta-Proposta do Anexo 02, com a descrição do objeto ofertado e o preço, acompanhada das planilhas referentes ao detalhamento do preço, conforme modelo anexo ao TR**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, em observância ao disposto no art. 26, *caput*, do Decreto Federal nº 10.024/2019.

11.1.1. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf.

11.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11.3. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento às exigências de habilitação e a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes no presente Edital e em seus Anexos.

11.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

11.4.1. A falsidade da declaração a que se refere esse item sujeitará o licitante às sanções previstas pelo ordenamento jurídico.

11.5. Não serão aceitas propostas para a execução parcial do objeto desta licitação.

11.6. O licitante deverá registrar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor global, já inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários e, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

11.7. Os encargos sociais e despesas administrativas decorrente do objeto a contratar serão de responsabilidade do licitante vencedor.

11.8. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas na proposta ou incorretamente lançadas serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a essa ou a qualquer título, devendo o objeto deste Pregão ser executado sem ônus adicional para a CODEBA.

11.9. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

11.10. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances e após negociação, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.11. Até a abertura das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada, sendo encerrada a fase de apresentação de propostas com a abertura da sessão pública.

11.12. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11.13. A validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

11.14. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

Abertura de Sessão Pública

11.15. A partir do horário previsto no edital, as propostas apresentadas serão abertas pelo pregoeiro que fará a verificação e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.16. A desclassificação de proposta será fundamentada pelo Pregoeiro e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.17. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro e somente essas participarão da fase de lance.

11.18. A classificação das propostas se dará em ordem crescente dos lances após o exercício do direito de preferência, se cabível.

11.19. A classificação da proposta não impede que seja desclassificada após o seu julgamento definitivo até o final do processo.

11.20. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

11.21. Encerrada a etapa de disputa dos lances, será aberta, automaticamente, a fase da negociação e considerações finais pelo pregoeiro, que poderá encerrar a disputa após as suas considerações.

Dos Lances

11.22. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

11.23. O **MODO DE DISPUTA** adotado para esta licitação será o **ABERTO**, com intervalo mínimo de diferença entre os lances de **R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.24. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

11.25. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

11.24.1. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.24.2. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

11.24.3. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.25. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

11.26. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.27. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes da nova data.

11.28. O tempo normal da etapa de lances da sessão pública será encerrado por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o quê transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo mencionado sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

11.28.1. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.29. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.30. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

11.31. Encerrada a etapa de disputa dos lances, será aberta automaticamente a fase da negociação e considerações finais pelo pregoeiro, que poderá encerrar a disputa após as suas considerações.

Critérios de desempate

11.32. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido pelo art. 128 do Regulamento de Licitações e Contratos da CODEBA

11.33. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

Tratamento diferenciado a ME e EPP

11.34. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual - MEI, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte,

assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

11.35. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e MEI que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.36. Encerrada a disputa, o Pregoeiro verificará a existência da situação de empate a que se refere a LC 123/2006, informando o nome da empresa e em seguida convocará a empresa que se encontra em situação de empate, permitindo-lhe, via sistema e em 5 (cinco) minutos, que ofereça novo lance, inferior ao menor lance registrado para o lote.

11.36.1. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance.

11.37. Não havendo manifestação da empresa, o sistema verificará se há outra situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma empresa em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao pregoeiro dar encerramento à disputa.

11.38. Sendo a empresa arrematante microempresa ou empresa de pequeno porte torna sem efeito o item **11.34**.

11.39. Na hipótese da ME; MEI ou EPP não exercer o direito de preferência nos termos previstos no subitem **11.34**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

11.40. O disposto quanto ao direito de preferência somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.41. A classificação das propostas se dará em ordem crescente dos lances após o exercício do direito de preferência, se cabível.

12. NEGOCIAÇÃO

12.1. Após o encerramento da etapa de lances e eventuais desempates, o pregoeiro verificará as condições de participação do licitante classificado em primeiro lugar e, estando em conformidade, iniciará a etapa de negociação de preços via chat, com o fim de obter proposta mais vantajosa por meio de contraproposta, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, em caso de desclassificação ou inabilitação do licitante primeiro colocado.

12.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.4. Será observado o prazo mínimo de duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação, consoante artigo 38, § 2º do Decreto 10.024/2019.

13. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar à adequação ao objeto, à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação e verificará a habilitação do licitante, conforme disposições contidas neste edital.

13.2. A classificação das propostas será em ordem crescente dos preços ofertados na fase de lance e após os critérios de desempate, sendo considerado vencedor dessa etapa o licitante que oferecer e negociar o **MENOR PREÇO**.

13.3. Para o julgamento das propostas será considerado o **MENOR PREÇO** do lote estabelecido na proposta econômica, observados as condições definidas neste Edital.

13.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas **que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado**, registrado em ata, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

13.5. O preço global aceitável deverá ser **INFERIOR** ou igual ao valor estimado.

13.6. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas dos demais Licitantes.

Encaminhamento da proposta vencedora

13.7. Encerrada a etapa de lances, depois da verificação de possível empate e da negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto, devendo o licitante encaminhar, **sob pena de desclassificação**, a proposta de

preços adequada ao valor final após negociação, por meio eletrônico (e-mail: pregao@codeba.gov.br), no prazo de até 04 (quatro) horas após a solicitação, podendo ser prorrogado pelo mesmo prazo, por solicitação do licitante e a critério do Pregoeiro;

13.7.1. A Proposta ajustada deverá ser apresentada por meio da carta-Proposta (Anexo 02), com a descrição do objeto ofertado e o preço, devidamente acompanhada das planilhas referentes ao detalhamento do preço, conforme modelo anexo ao TR

13.8. O Pregoeiro poderá solicitar o reenvio das planilhas de composição de preços quando o valor total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes para atender às exigências editalícias, alterações que não poderão repercutir, para maior, no preço do lance vencedor após negociação.

13.9. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

13.10. Em caso de solicitação pelo Pregoeiro do reenvio das planilhas, a licitante arrematante terá o prazo de 04 (quatro) horas para encaminhar.

13.11. Em situações excepcionais, desde que devidamente justificados impedimentos, o prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado por conveniência e oportunidade da CODEBA.

13.12. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado.

13.13. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor que:

13.13.1. não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital;

13.13.2. contenha vício insanável;

13.13.3. descumpra especificações técnicas constantes no instrumento convocatório;

13.13.4. apresente preços manifestamente inexequíveis;

13.13.5. se o valor for abaixo do orçamento estimado para a contratação;

13.13.6. apresente desconformidade com as exigências deste edital.

13.14. Consideram-se preços manifestamente inexequíveis, aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentos que comprovem que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

13.15. Se houver indícios de inexequibilidade do preço ofertado, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, para fins de comprovação de sua viabilidade econômica, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos e observada a sua adequação ao objeto licitado:

- a.** intimação do licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b.** verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- c.** levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Previdência Social;
- d.** consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e.** pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- f.** verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a CODEBA, com entidades públicas ou privadas;
- g.** pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- h.** verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante;
- i.** levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- j.** estudos setoriais;
- k.** consultas às Secretarias de Fazenda Federal, distrital, estadual ou Municipal;
- l.** análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a execução do objeto; e

m. demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

13.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja alteração do preço proposto após a negociação.

13.17. O não atendimento à solicitação do Pregoeiro no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta.

13.18. O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.

13.19. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

13.20. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação.

14. HABILITAÇÃO

14.1. Após as fases de negociação e análise e aceitabilidade da proposta de preço, o pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, segundo os critérios de julgamento fixados neste instrumento convocatório, no Regulamento de Licitações e Contratos da CODEBA e no artigo 40 do Decreto 10.024/2019.

14.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente, quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

14.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.5. A habilitação parcial das licitantes será verificada por meio do SICAF, quanto aos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

14.5.1. O licitante deverá apresentar habilitação regular no SICAF ou os documentos que supram tais exigências.

14.5.2. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços e documentação de habilitação, em prazo idêntico ao estipulado na mencionada condição.

14.6. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos

14.7. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, e à Qualificação Econômico-Financeira nas condições seguintes:

14.8. Habilitação Jurídica

14.8.1. Cédula de identidade, no caso de pessoa física;

14.8.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

14.8.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;

14.8.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

14.8.5. Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

14.8.6. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

14.8.7. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

14.8.8. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

14.8.9. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

14.8.10. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, como determinado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

14.8.11. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

14.8.12. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.9. Regularidade Trabalhista

14.9.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.10. Regularidade Fiscal

14.10.1. A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

I. Cartão do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), caso seja pessoa jurídica, ou CPF (Cadastro de Pessoas Físicas), caso seja pessoa física, não necessariamente autenticado em cartório, podendo ser obtido através da Internet, no sítio da SRF - www.receita.fazenda.gov.br, visando a comprovação de inscrição.

II. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

III. prova da regularidade com a Fazenda Pública Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.10.2. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de contratação. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

14.10.3. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.10.4. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

14.10.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

14.10.6. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Coordenador de disputa convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

14.11. Qualificação técnica

14.11.1. O Proponente deverá apresentar:

a) Atestado(s) de capacidade Técnica, em nome da proponente, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, (não sendo admitidos atestados de

corretoras para seguradoras ou de seguradoras para seguradoras), que comprovem a prestação de serviços anteriores, de características semelhantes ou de maior porte e complexidade, compatíveis com o objeto da presente licitação.

b) Os atestados apresentados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - dados da empresa licitante: nome, CNPJ;

II - dados da empresa cliente: nome, razão social, CNPJ, endereço;

III - descrição dos serviços com dados que permitam o amplo entendimento dos trabalhos realizados e identifiquem a compatibilidade e semelhança com o objeto da licitação;

IV - dados do emissor do atestado: nome e contato;

V - local, data de emissão e assinatura do emissor.

a) Declaração expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP de que está autorizada a operar regularmente nos ramos de seguro objeto deste pregão.

11.26. Qualificação Econômica-Financeira

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

c) Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Passivo Circulante

d) As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

e) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante

11.27. Documentação adicional

a) Declarações, da empresa licitante:

a) de inexistência de fato impeditivo para a habilitação;

b) de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

c) de cumprimento de leis e decretos nacionais, estaduais e municipais, regulamentos e normas da CODEBA.

b) As declarações da licitante poderão ser contempladas em um único documento, conforme **ANEXO 3**.

12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

12.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

15.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **caput**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.2. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, que sejam omissas, ou que apresentarem irregularidades capazes de dificultar o julgamento.

12.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

13. RECURSOS

13.1. Dos atos e decisões relacionados com o Pregão cabe Recurso, nos seguintes casos:

a) declaração do licitante vencedor, após decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual;

b) anulação ou revogação do Pregão;

c) aplicação das penalidades de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar com a CODEBA.

13.2. Encerrada a etapa de lances, as licitantes deverão consultar regularmente o sistema para verificar quem foi declarada a vencedora e se está liberada a opção para interposição de recurso. A partir da liberação, os licitantes terão 60 (sessenta) minutos para manifestar sua intenção de recorrer contra a decisão que declarou o vencedor, com o registro da síntese de suas razões.

a) Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

b) Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

c) Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **5 (cinco) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

d) A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de

recorrer, bem como a não apresentação das razões de recurso, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

e) Não será aceito o Recurso, cujas razões não estejam relacionadas àquelas manifestadas na intenção de recorrer.

f) O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

13.3. Os recursos contra as decisões de anulação ou revogação da licitação ou de aplicação de penalidade deverão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato por publicação no Diário Oficial da União.

13.4. As impugnações e os recursos interpostos fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo RECORRENTE não serão conhecidos.

14. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14.3. Homologada a licitação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

15. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento e inobservâncias das disposições contidas neste edital configurando infração administrativa a prática das seguintes condutas:

I. dar causa à inexecução parcial ou total do contrato

II. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, salvo na hipótese de inversão de fases prevista;

III. não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

IV. não celebrar o contrato ou não entregue a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

V. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VI. apresentar documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

VII. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VIII. comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal;

IX. praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

16. PENALIDADES

16.1. As sanções administrativas abaixo poderão ser aplicadas, diante dos seguintes comportamentos dos licitantes:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

c) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;

d) apresentar documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

e) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

f) comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal;

g) praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

16.2. Materializada qualquer das condutas descritas no subitem anterior, a CODEBA poderá, mediante regular processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar à **Contratada** as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CODEBA, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais

16.3. Caberá apresentação de defesa prévia, a ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da aplicação de qualquer sanção.

16.4. A multa será obrigatoriamente estabelecida no instrumento de contrato.

16.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CODEBA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

a) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

b) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CODEBA em virtude de atos ilícitos praticados;

c) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

d) apresentar documentação falsa exigida para o certame;

e) não manter a proposta;

f) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

g) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.

16.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.7. Não serão aplicadas penalidades na ocorrência de casos fortuitos, ou de força maior ou razões de interesse público, desde que devidamente comprovados e enquadrados legalmente nestas situações.

16.8. As penalidades serão aplicadas com observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

16.9. As penalidades descritas neste item estão dispostas na Sessão I do Capítulo III do Título IV do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA.

17. CONTRATAÇÃO

17.1. A contratação será formalizada mediante CONTRATO, conforme modelo constante do **ANEXO 5** a este Edital.

17.2. A Contratada se obriga a manter todas as condições de habilitação até a realização do pagamento pelo fornecimento prestado.

17.3. O prazo para o fornecimento estabelecido na CONTRATO poderá ser prorrogado quando solicitado pela Adjudicatária, desde que durante o seu transcurso ocorra motivo devidamente justificado.

18. PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Após a assinatura do contrato deverá ser emitida Apólice do Ramo de Seguro de Operador Portuário com as coberturas solicitadas neste Termo de Referência e vigência de 12 meses.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta corrente informada na proposta da seguradora, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento pela CODEBA do documento hábil para pagamento.

19.2. O documento encaminhado pela seguradora para fins de pagamento deverá conter ou estar acompanhado de documento que contenha os dados necessários à identificação do seguro contratado e da vigência do mesmo.

19.3. O procedimento de pagamento do prêmio de seguro só se efetivará após a comprovação da regularidade fiscal por parte da seguradora contratada.

20. DO REAJUSTE

20.1. O preço contratado, desde que observado a periodicidade mínima de 12 (doze) meses contados da data limite da apresentação da proposta de preço ou, nos reajustes subsequentes, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste concedido, poderá ser reajustado, para mais ou para menos, pela variação acumulada do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) da FGV, observada a seguinte fórmula:

$$R = (I_r - I_0) \times P \ I_0$$

Onde:

Para o primeiro reajuste:

R - reajuste procurado;

Ir – índice do mês do reajuste;

Io – índice do mês da data da proposta ou da data limite para a sua apresentação;

P – valor atual do contrato

Para os reajustes subsequentes:

R - reajuste procurado;

Ir – índice do mês do novo reajuste;

Io – índice do mês dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P – valor do contrato atualizado até o último reajuste

20.2. Após a concessão do primeiro reajuste, para os subsequentes, deverá ser observada a seguinte fórmula:

Onde:

$Pr = P + (P \times V)$

Pr – é o preço novo ou reajustado;

P – preço atual;

V – variação percentual obtida na forma do parágrafo anterior, de forma que (PxV) significa o acréscimo ou redução de preço decorrente de reajustamento.

20.3. Os reajustes deverão ser precedidos de requerimento escrito da CONTRATADA acompanhado da memória de cálculo, observadas as disposições contidas neste contrato.

20.4. Ocorre a preclusão do direito ao reajuste nas hipóteses de ausência de requerimento, de prorrogação da vigência do contrato sem pleiteá-lo e de término da vigência contratual.

20.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado o que vier a ser determinado pela legislação ou aquele que o substituir.

20.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, a CODEBA elegerá novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

20.7. Os efeitos financeiros do reajuste serão iniciados a partir da data de aquisição do direito pela contratada, observadas as disposições contidas nesta cláusula.

21. DA GARANTIA CONTRATUAL

21.1. A garantia contratual será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições nele estabelecidas.

21.2. A garantia deverá ser prestada pelo contratado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato e prorrogável uma vez por igual período e será liberada ou restituída após a elaboração do termo de encerramento do contrato.

21.3. A validade da garantia deverá corresponder ao prazo de vigência contratual acrescido de três meses, devendo ser renovada a cada prorrogação ou renovação contratual e complementada em casos de aditivos e apostilamentos para reajustes e repactuações.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. A CODEBA poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer técnico e jurídico, nos termos da Lei nº13.303/2016 e do Regulamento da Licitação e Contratos da CODEBA.

22.2. Em razão da desclassificação de todas propostas ou lances e/ou da inabilitação de todos os participantes, a presente licitação poderá restar fracassada.

22.3. Em razão da ausência de interessados, a presente licitação poderá restar deserta.

22.4. A PROPONENTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do Instrumento Contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.5. É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior:

a) proceder, em qualquer fase da licitação, consultas ou promover diligências com vistas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, interpretando as normas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

b) relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de classificação da licitante e habilitação, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da Proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da Licitação;

c) convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

22.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. As dúvidas decorrentes da interpretação deste Edital e as informações adicionais, que se fizerem necessárias à elaboração das Propostas, deverão ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico **via internet (e-mail pregao@codeba.gov.br)**, conforme informações constantes do Item 07 deste Edital.

22.8. Os pedidos de esclarecimentos de que trata o Item 07 deste Edital não constituirão, necessariamente, motivos para que se altere a data e o horário do Pregão.

22.9. As questões formuladas, bem como as respostas de interesse geral, serão divulgadas para todos os que retiraram o Edital, resguardando-se o sigilo quanto à identificação da empresa consulente.

22.10. As alterações do Edital que afetarem a formulação da proposta serão divulgadas para conhecimento de todos os interessados no site www.licitacoes-e.com.br, no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico, ocasião em que será designada nova sessão.

22.11. As alterações do Edital que não afetarem a formulação da proposta serão comunicadas aos interessados, conforme disposto no item 7 deste edital, não sendo alterada a data da Sessão do Pregão.

22.12. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente, desde que pertinente, com o objeto do Pregão, e observada a legislação em vigor, nos termos da Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEBA e decreto 10.024/2019.

22.13. A participação da PROPONENTE nesta licitação implica em aceitação plena e irrevogável de todos os termos deste Edital.

22.14. No caso de eventual divergência entre este Edital e seus Anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

22.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento; só se iniciam e vencem os prazos em

dias de expediente na unidade da CODEBA promotora do evento.

22.16. Este Edital e seus Anexos, bem como a Proposta vencedora, farão parte integrante do contrato, como se nele estivessem transcritos.

23. FORO

23.1. Fica eleito o foro a Seção Judiciária da Bahia do Tribunal Regional Federal da Primeira Região como o único competente para dirimir as dúvidas oriundas desta licitação e do contrato decorrente, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Salvador, 04 de janeiro de 2023

Bruno Rocha da Silva
Assessor

Jaire Barbosa Magalhães
analista Portuário - Advogado
Equipe de apoio Pregão